



DESAFIOS NA BUSCA DO CONHECIMENTO

Pedro Paulo A. Funari

Professor do Departamento de História da Unicamp



A

Universidade não pode ser concebida sem a pesquisa, elemento essencial para a sua própria definição.

“Pesquisa” é uma palavra que se liga à noção de “busca aprofundada”, mas busca de quê? Naturalmente, do conhecimento, da ciência que permite compreender o universo, *scientia vinces*, “com o conhecimento se vence a ignorância”, como no lema da USP. Pesquisa é a quintessência da Universidade e, como bem lembrava Marilena Chauí, ela é, por definição, crítica: “por pesquisa entendemos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação, o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito”. Deve concordar-se com Milton Santos que o dever de ofício da Universidade é a crítica, essência da busca compreendida pela pesquisa acadêmica. Nem toda produção intelectual é resultado de pesquisa nem, por isso mesmo, possui um caráter crítico. Pode produzir-se um discurso acadêmico que apenas confirme o senso comum, transcrevendo as idéias correntes em forma de definições científicas. Tanto maior será a possibilidade de aceitação desse discurso quanto mais ele se ativer aos rigores formais da ciência. Já a verdadeira pesquisa, aquela que rompe com a falsa obviedade e com a aparente neutralidade do senso comum acadêmico, sempre

corre o risco de parecer o resultado de um ato arbitrário e ser acusada, até mesmo, de manipular os dados para que justifiquem uma posição prévia, ideologicamente fundamentada.

Na história da ciência os exemplos são muitos, de Copérnico a Galileu, cujas pesquisas contradiziam o senso comum acadêmico de sua época. Em nossa época, talvez o mais célebre exemplo esteja, ao contrário, nos louros conferidos ao biólogo Trofim Lyssenko por dar foros de cientificidade às idéias dominantes na União Soviética à época de Stalin. A verdadeira pesquisa, assim, aquela que deve definir a Universidade e que nos deve preocupar, como cientistas e cidadãos, em geral, é a busca aprofundada e crítica do conhecimento.

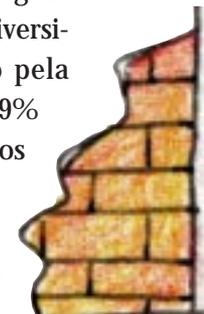
Por seu caráter crítico, a pesquisa implica em abnegação. Estamos acostumados a reconhecer no pesquisador um homem de posses modestas, cujos salários são, na melhor das hipóteses, moderados. Isto é verdade tanto no Brasil como no mundo, em geral, pois os pesquisadores universitários em toda parte são pouco remunerados. Um pesquisador britânico, cujo salário anual gira em torno de 17 000 libras, ganha por mês uns R\$ 4.500,00, pouco mais do que um empregado manual. No Brasil, tampouco se ganha dinheiro pesquisando. Um professor de escolas médias privadas pode ganhar de três a quatro vezes mais do que um pesquisador. Além disso, se a verdadeira pesquisa é crítica, ela não será, necessariamente, bem recebida, nem são muito freqüentes

Se a verdadeira pesquisa é crítica, ela não será necessariamente bem recebida. No geral, continua válida a observação de Max Weber de que a pesquisa exige paixão intensa, sincera e profunda. Não apenas pela remuneração modesta como, principalmente, pela dedicação que ela exige



oportunidades de ofertas de boas remunerações, com a notável exceção da pesquisa aplicada. No geral, contudo, continua válida a observação do sociólogo alemão Max Weber de que a pesquisa exige paixão intensa, sincera e profunda. Isto não apenas pela remuneração como, principalmente, pela dedicação que ela exige e que só se torna possível com a paixão.

Como estaria, neste caso, o Brasil no quadro internacional? Segundo um estudo recente, na Universidade o interesse prioritário pela pesquisa científica concerne 39% dos docentes, mais do que nos Estados Unidos (37%), México (35%) ou Chile (33%), mas bem menos do que no



Devemos

*questionar a
própria concepção de que
a precariedade é natural.*

*Para que serve um
pesquisador, sem condições
de pesquisar? Haveria que
dar condições mínimas
para que os docentes
pudessem pesquisar*



das condições de apoio à pesquisa. As condições materiais são, muitas vezes, insatisfatórias e precárias, as bibliotecas e os laboratórios pouco equipados, os gabinetes de trabalho, quando existentes, desaparelhados e infensos ao trabalho intelectual. Nas instituições privadas, raramente se paga pela pesquisa e, nas públicas, remunera-se o docente mas, freqüentemente, não há infraestrutura para permitir sua execução minimamente adequada. As autoridades sempre ressaltam que o país é pobre e, por isso, não se poderia dispensar verbas substanciais para pesquisa. Contudo, outros países aplicam em pesquisa, percentualmente, muito mais do que o Brasil. Talvez ainda mais importante seja o questionamento da própria concepção de que a precariedade é natural. Afinal, para que serve um pesquisador, sem condições de pesquisar? Em outros termos, haveria que dar condições mínimas para que os docentes pudessem pesquisar.

Em termos institucionais, as fundações estaduais de amparo à pesquisa têm tido um papel de destaque, à frente a Fapesp, no sentido de financiar a investigação acadêmica a partir de critérios de mérito e com fundos íngenes. No entanto, na maioria dos Estados da federação isso não ocorre, seja pela debilidade da economia local, seja, principalmente, pela não liberação dos recursos orçamentários que deveriam ser destinados à fundação estadual. Os órgãos federais, por sua parte, nem sempre se guiam

por critérios científicos nas concessões e possuem, ainda, políticas muito tímidas naquilo que deveria ser sua principal missão: a diminuição das diferenças entre as unidades da Federação.

A vocação das instituições federais está em programas como os Mestrados Interinstitucionais, que visam a titulação e estímulo à pesquisa nas universidades periféricas. Em 1997, 55% das bolsas de pós-graduação do CNPq não resultaram em defesas de teses, pois o controle das bolsas não se dava com a necessária proximidade e rigor. Esse desperdício de recursos põe em risco a própria dedicação à pesquisa e a solução, como tudo que se refere à pesquisa, está em tornar prioritário o julgamento de mérito. Fundamento da dedicação é a certeza de que há igualdade de oportunidades e de condições, como lembra Chauí, algo que não ocorre hoje.

Para que isto ocorra, além de fundações estaduais fortes, autônomas e baseadas em critérios de mérito, de instituições federais que, além disso, se voltem para a diminuição das desigualdades regionais, há que incrementar os fundos de apoio à pesquisa em cada universidade. Este apoio não se restringe à infraestrutura, tão precária em toda parte, nem aos projetos específicos, mas deve abranger o universo dos jovens pesquisadores em formação. Embora as pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado tenham aumentado de forma espetacular, em todo o Brasil, ainda haveria que expandir muito a formação de pesquisadores. A maior universidade do país, a USP,

Japão (72%), Alemanha (66%) ou Israel (62%). Outro indicador relevante para determinar o grau de dedicação à pesquisa refere-se à percentagem de professores universitários que consideram importante a disciplina científica a que se dedicam. Neste caso, os brasileiros destacam-se, pois 95% consideram-na muito importante, em primeiro lugar em um total de 13 países investigados, enquanto na Alemanha (62%), no Japão (69%) e nos Estados Unidos (77%) essa identificação dos investigadores com sua ciência é bem menos marcada. O contraste entre os dados referentes ao interesse pela pesquisa e a importância atribuída à ciência demonstra, no que se refere ao Brasil, que deve haver motivos muito concretos que fazem com que 95% de docentes se interessem por sua ciência, mas apenas 39% dêem prioridade à pesquisa.

Uma explicação deve encontrar-se na precariedade

teve 1 276 teses de doutoramento defendidas em 1997, com um total de 8 990 doutorandos, no mesmo ano. Não são números pequenos, mas seria possível expandir muito, se considerarmos que havia 3,9 graduandos por doutorando, enquanto na Unicamp, por exemplo, havia 2,6 graduandos por doutorando; na Unesp havia 7,6 graduandos por doutorando. Se este é o quadro nas universidades que mais pesquisam no país, pode-se supor que alhures a situação seja menos favorável.

Os jovens pesquisadores necessitam de bolsas. Ao contrário do que dizem os que defendem a privatização das universidades públicas, seus alunos não são ricos. Em 1998, constatou-se, após um estudo coordenado por Carlos José de Lima sobre o perfil socioeconômico dos alunos das instituições federais de ensino superior (IFES), que a maioria não poderia arcar com uma mensalidade, por menor que fosse. Nas universidades mais concorridas, como a USP e a Unicamp, o quadro não é muito diferente. Nesta última, com o maior número de candidatos por vaga, em 1999, 52,8% dos ingressantes provinham de famílias com renda até R\$ 2.600,00, sendo que 7,3% viviam em famílias com renda familiar entre R\$ 130,00 e R\$ 650,00. Neste contexto, a viabilização das vocações para a pesquisa passa, necessariamente, pela bolsa de iniciação científica e, depois, de pós-graduação. Neste sentido, a política das agências financiadoras de limitarem o valor das bolsas e, ao mesmo tempo, exigirem dedicação exclusiva tem sido questionada por diversos analistas.

O professor Júlio César Voltarelli (Clínica Médica, USP de Ribeirão Preto) defendia, já em 1997, que houvesse a permissão da concomitância de outras funções remuneradas. A pesquisa, se analisada pelo mérito apenas, não poderia exigir do bolsista dedicação exclusiva, pois os resultados objetivos deveriam bastar para avaliar se a concessão da bolsa está sendo pertinente. Não é à toa que bolsas sem um sistema de avaliação eficaz, mas com exigência de dedicação integral, não resultem em teses, como vimos acima, enquanto muitas teses são defendidas por pesquisadores que recebem remuneração. Isto se explica, justamente, porque é a dedicação do pesquisador que gera resultados e, muitas vezes, as atividades remuneradas contribuem para que o pesquisador adquira conhecimentos mais amplos úteis, ainda que indiretamente, para sua pesquisa.

Elói Garcia, da Academia Brasileira de Ciências, ressaltava, há pouco, que países que negligenciam a importância do investimento em pesquisa amargam uma péssima condição periférica. O Brasil já tem sofrido, como outros países em situação semelhante, um *brain drain*, com a perda de grandes pesquisadores que se instalam no exterior. Como já se disse, não são tanto os salários a atrair nossos pesquisadores, mas as condições de trabalho. O futuro da nação depende, também, da existência de uma pesquisa que esteja em condições de integrar-se àquela universal. Tampouco podemos nos con-

Os jovens pesquisadores necessitam de bolsas. Ao contrário do que dizem os defensores da privatização das universidades públicas, seus alunos não são ricos. Neste sentido, a política das agências financiadoras de limitarem o valor das bolsas e, ao mesmo tempo, exigirem dedicação exclusiva tem sido questionada por diversos analistas



tentar com um arremedo de pesquisa, “descobrimo a pólvora”, como se existisse uma pesquisa de ponta que pudesse prescindir da inserção na ciência internacional.

Paroquialismo não se coaduna com pesquisa: se italianos ou japoneses têm que publicar e, até mesmo, apresentar seus projetos de pesquisa, em seus países, em inglês, não há por que ser diferente no Brasil. Os desafios da pesquisa universitária no Brasil são, pois, muitos. A reflexão crítica, a dedicação à ciência, a luta por mais adequadas condições de trabalho são tarefas mais necessárias do que nunca, mas o essencial já possuímos: a paixão. **RA**

